O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PERCEPÇÃO E REALIDADE DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO

OS AVANÇOS da reforma previdenciária no Congresso Nacional representaram um importante avanço para a economia brasileira em 2019. O déficit do sistema cresceu com muita força ao longo dos últimos anos. Para 2019, as projeções apontam para um resultado negativo da ordem de R$ 190 bilhões. É relevante frisar que esse déficit incorpora apenas o sistema previdenciário do setor privado. Se for incorporado o lado da área pública, esse número aumenta de forma considerável. As perspectivas são ainda mais sombrias se considerarmos que a população envelhece num contexto de queda da taxa de natalidade. A ***Agroanalysis*** acredita na aprovação da reforma da previdência até o final do ano. Com isso, o dólar deverá recuar para um nível inferior ao atual.

Em fins de 2018, consolidou-se, em boa parte dos economistas, a percepção de que, em 2019, a partir da aprovação da reforma da previdência, a retomada da economia brasileira seria mais robusta. Até o momento, a realidade dos fatos mostra-se bem diferente. Fica cada vez mais evidente que a economia não está se recuperando e que as expectativas de crescimento econômico são pífias. Tudo isso apesar de a taxa de juros Selic situar-se no seu menor patamar desde que o real foi implementado, em junho de 1994. Ainda elevado, o grau de endividamento dos agentes privados limita suas capacidades de consumo e investimento.

Na mídia internacional, circula uma profusão de notícias sobre o aumento da queimada e o desmatamento na Amazônia. Predominante ilegal, essa prática criminosa ganhou espaço com a intensa seca registrada neste ano. Com a demora do Governo em captar a importância desse quadro, a percepção da realidade dos fatos recai sobre o agronegócio brasileiro, que possui liderança em escala global. Há o risco de o setor sofrer boicotes e restrições comerciais de países importadores.

A ***Agroanalysis*** traz um artigo que apresenta os resultados de a produção da Fazenda Roncador – que fica no município de Querência-MT – ter mudado o seu sistema de produção passando a adotar práticas de baixa emissão de carbono. Como consequência, foi possível aumentar a produtividade sem a necessidade de expandir as áreas de produção, ou seja, sem desmatar. Além disso, a carne produzida pela Fazenda possui um saldo positivo na captura de carbono.

No destaque de capa, tem-se a entrevista com a ministra Tereza Cristina do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de uma personalidade de ampla aceitação dentro e fora do mundo da agricultura. Nesses primeiros meses do novo governo, com propostas liberais, manifestou posições lúcidas e balanceadas nos mais diferentes assuntos. Montou comitivas e preparou agendas para viagens de negociações internacionais com empresários privados e autoridades governamentais. Liderou os debates e introduziu propostas interessantes no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020. Agora, trabalha para a elaboração de um plano de comunicação internacional do agro.

Quanto ao setor sucroenergético nacional, um artigo explica o quadro atual da situação financeira de muitas usinas que estão em recuperação judicial ou que decretaram falência. O controle de preços que perdurou principalmente na primeira metade desta década prejudicou em muito essa cadeia. Tal política tirou cerca de R$ 70 bilhões de renda das empresas. Em acréscimo a isso, as baixas margens, a má gestão e os altos níveis de endividamento são os ingredientes perfeitos para a tragédia

econômica das usinas. Agora, o programa RenovaBio enche o mercado de esperanças para um futuro positivo.

Em matéria especial, o destaque vai para a Sociedade Rural Brasileira (SRA), pela comemoração do seu primeiro centenário neste ano. A entidade acompanhou os efeitos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais e a bipolaridade política da Guerra Fria sobre a agricultura brasileira, principalmente na primeira metade do século passado. Participou do surgimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e viu a tecnologia da produção agropecuária chegar ao Cerrado. Sempre defendeu o Estado de direito, o direito à propriedade e a democracia. Participou da Assembleia Constituinte de 1988 e esteve presente durante a formulação do Plano Real para a estabilidade econômica do País, nos embates comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na aprovação do Código Florestal. A entidade segue com pauta atual para o agro crescer e acessar mercados internos e externos.

Para terminar, tem-se dois registros sobre fatos relevantes para o agronegócio nacional. O primeiro vem da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, cuja constitucionalidade está em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), o que gera insegurança jurídica e configura um sério problema discutido pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC). O segundo relaciona-se ao trabalho pioneiro e inovador realizado pelo Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) com o programa Desafio Nacional de Máxima Produtividade de Soja, que serve de exemplo para outras cadeias produtivas. ■

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

